

---

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 162 p.

*Fernando Pereira Paetzel*

*Mestrando, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

Rio de Janeiro. A “grande política” da antiga capital federal ganha destaque através de constantes convulsões e rearranjos entre políticos veiculados pela grande imprensa. As dissidências do Brizolismo, César Maia e Luiz Paulo Conde, criador e criatura rompidas, Partido dos Trabalhadores dividido em profundas desavenças, etc, dominam o quadro político desta grande cidade que também é associada a um cotidiano de violência, comum as páginas policiais. O que se passa no Rio de Janeiro ecoa como um exemplo dos desajustes de um país onde a Política está longe do modelo ideal-racional Primeiro Mundista, do Sistema Parlamentar, do Voto Distrital e seus variantes, e de outros entendimentos do que vem a ser uma prática política mais civilizada.

Com base em etnografia realizada entre agosto de 1995 e janeiro de 1997, Karina Kuschnir apresenta – pensando a política como um “dado etnográfico”, na linha dos estudos em antropologia da política recentemente publicados no Brasil (ver resenha de Carlos Steil, *Horizontes Antropológicos*, n. 14, 2000) – uma descrição de grande sensibilidade e densidade do cotidiano da política no Rio de Janeiro, em uma comunidade do “subúrbio”. Em seu texto, a trajetória política de pai e filha, com notáveis resultados eleitorais, se entrelaçam para constituir uma história de política em família que começa com a passagem do primeiro pelo sindicalismo, e sua ascendência até a conquista da primeira vitória eleitoral para o legislativo estadual no então estado da Guanabara, em 1962.

O livro “O Cotidiano da Política” se divide em duas partes: “Trajetórias na Política”, e “O Cotidiano da Política”, seguidas das “Considerações Finais”, momento de discussão da lógica da dádiva como referencial para compreender as redes que permitem um relacionamento entre “amigos” que escapam a lógica de mercado geralmente associada à relação entre políticos, funcionários públicos e eleitores.

Em sua primeira parte, Kuschnir traz a história da família Silveira (nomes dos personagens e da comunidade alterados pela autora) com o objetivo de destacar a figura de seu patriarca, e personagem fundante de trajetórias políticas que culminam com a eleição de Marta Silveira para o cargo de vereadora no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, reeleita em 1996. Fernando Silveira, pai de Marta, se torna um dos deputados estaduais com maior número de reeleições no Brasil, fato considerável em uma carreira cíclica, com o fantasma da derrota rondando a cada nova eleição. Neste contexto, um revés no ano de 1982, o ano da “febre brizolista”, tensiona a vida familiar dos Silveira, com a primeira derrota de Fernando na disputa por uma vaga na assembléia legislativa. A partir deste episódio, a figura de Marta se liga com a do pai e o reabilita como político detentor de um mandato legislativo (Fernando retorna ao legislativo estadual em 1986, em campanha organizada por Marta), cargo necessário para se operar com os “acessos” da política, “acessos” que possibilitam atender as necessidades da comunidade suburbana do Roseiral, reduto de atuação dos Silveira.

Na segunda parte do livro, centrada na carreira de Marta como vereadora, o cotidiano da política ganha vida em expressões simbolicamente presentes como “vestir a camiseta”, desejável a todo bom assessor, e “subúrbio”, como categoria que define Roseiral e seus habitantes em oposição a outras zonas e bairros da cidade, ora como definição positiva ora como negativa. Os depoimentos de Marta e de seus próximos revelam noções da política no cotidiano importantes para esclarecer o que taxativamente poderia se caracterizar como relações clientelísticas, e, porque não, desvincular a análise política de alguns preconceitos com as chamadas práticas políticas assistencialistas. Um exemplo significativo é o respeito que Marta diz sentir por alguns colegas mais “ideológicos”, mas que ao mesmo tempo não entende a resistência que estes impõem ao seu trabalho por aqueles que a elegeram, por sua comunidade, dedurando o fato de que alguns destes “ideológicos” a procuram, para, entre outros pedidos, assegurar vagas em escolas, se utilizando dos “acessos” da rede de amizades de Marta.

Sob um olhar antropológico de duas carreiras políticas que se reconhecem por construções míticas, portadoras de ideais que se relacionam com respostas a demandas de uma população de classe média-baixa,

Kuschnir inscreve o político como um mediador cultural, elo de ligação de uma comunidade com as instituições e agentes diversos da burocracia. Em suas considerações finais, a autora define as relações criativas da mediação política: “O fato de agir, em certas circunstâncias, de modo contraditório, não significa que tenham [os indivíduos] abandonado uma visão idealista a longo prazo. Através da etnografia, observamos justamente essa interação e influência mútua entre valores e eventos” (p. 144).